

Prefeitura de Itaboraí – Rio de Janeiro

ITABORAÍ – RJ

Professor da Educação Infantil

NV-079MR-20



Todos os direitos autorais desta obra são protegidos pela Lei nº 9.610, de 19/12/1998.
Proibida a reprodução, total ou parcialmente, sem autorização prévia expressa por escrito da editora e do autor. Se você conhece algum caso de "pirataria" de nossos materiais, denuncie pelo sac@novaconcursos.com.br.

OBRA

Prefeitura de Itaboraí - Rio de Janeiro

Professor da Educação Infantil

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2020

AUTORES

Língua Portuguesa - Profª Zenaide Auxiliadora Pachegas Branco
Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Itaboraí - Elaboração Interna
História do Município de Itaboraí - Elaboração Interna
Fundamentos da Educação - Profª Ana Maria B. Quiqueto
Conhecimentos Específicos - Profª Ana Maria B. Quiqueto

PRODUÇÃO EDITORIAL/REVISÃO

Aline Mesquita
Roberth Kairo
Josiane Sarto

DIAGRAMAÇÃO

Higor Moreira

CAPA

Joel Ferreira dos Santos

Edição Mar/2020



www.novaconcursos.com.br

sac@novaconcursos.com.br

SUMÁRIO

LÍNGUA PORTUGUESA

Interpretação de textos	01
Ortografia.....	08
Vocabulário: sinônimos, antônimos, homônimos e parônimos. Denotação e conotação	13
Classes de palavras. Verbos: conjugação, emprego dos tempos, modos e vozes verbais	16
Concordância nominal e verbal.....	54
Regência nominal e verbal	62
Estrutura do período simples e do período composto. Funções sintáticas.....	68

ESTATUTO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS MUNICIPAIS DE ITABORAÍ

Lei nº 502, de 04 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Município de Itaboraí; Lei n.º 1.392, de 03 de julho de 1996, que dá nova redação à Lei Municipal n.º 502, de 04 de dezembro de 1979.....	01
--	----

HISTÓRIA DO MUNICÍPIO DE ITABORAÍ

A cidade.....	01
História.....	01
Prédios Históricos	05
Região Metropolitana	10

FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO

Educação, sociedade e cultura.....	01
Os Pilares da educação: Aprender a conhecer, Aprender a fazer, Aprender a viver e Aprender a ser	04
Psicologia da Educação: Teorias da aprendizagem	11
Contribuições de Piaget e Vygotsky à Educação	19
Currículo: concepções, elaboração, prática	24
Interdisciplinaridade, transdisciplinaridade e transversalidade	33
Políticas públicas: Políticas Públicas Inclusivas de educação	34
Educação e cultura afro-brasileira.....	41
Protagonismo infanto-juvenil	43
Diversidade e Sexualidade	48
O Jovem e o mundo do trabalho, Tecnologias na educação; Bullying	49
Cotidiano escolar: Integração docente e discente.....	64
Modalidades de gestão. Conselho de classe, reuniões pedagógicas, formação continuada.....	67
Planejamento, acompanhamento e avaliação; Projeto político-pedagógico	68

SUMÁRIO

Lei nº 9.394/96. Lei nº 12.796/2013 (que altera a Lei nº 9.394/96).....	81
Plano Nacional de Educação - Lei nº 13.005/2014.....	101
Estatuto da Criança e do Adolescente - Lei nº 8.069/1990 (ECA): Artigos 1º a 24 e 53 a 69; Parte Especial: Título I; Título II; Título III; Título V – artigos 131 a 140.....	105
Constituição Federal/88 – artigos 206 a 214	116
Emenda Constitucional nº 53, de 19/12/2006, publicada em 20/12/2006	119
Lei nº 11.494, de 20/6/2007, publicada em 21/6/2007.....	120
Lei nº 11.645 de 10/03/2008	131
Lei Orgânica do Município de Itaboraí.....	131
Legislação para inclusão de pessoa com deficiência Lei n.º 13.146 de 06/07/2015.....	131
Base Nacional Comum Curricular.....	131

CONHECIMENTOS ESPECIFICOS

Função social da Educação Infantil	01
História Social da Infância, concepção de infância e de criança	03
Cuidado e Educação da Primeira Infância.....	30
Papel mediador do professor na prática pedagógica com crianças.....	40
Diferentes linguagens da criança: Linguagem Corporal, Linguagem Oral e Escrita, Linguagem Matemática, Linguagem Artística e Linguagem Digital	42
Organização da Educação Infantil centrada no processo de desenvolvimento da criança.....	42
Indicadores de Qualidade na Educação Infantil/MEC	45
Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica/MEC	63
Parâmetros Básicos de Infraestrutura para Instituições de Educação Infantil/ MEC	68
Educação inclusiva.....	69
Projetos Pedagógicos na Educação Infantil.....	82
Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil.....	82
Práticas e Concepções de Educação Infantil	85
Currículo na Educação Infantil	88
Espaço e tempo no cotidiano da Educação Infantil.....	91
Observação, registro e avaliação na Educação Infantil.....	94

ÍNDICE

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Função social da Educação Infantil	01
História Social da Infância, concepção de infância e de criança	03
Cuidado e Educação da Primeira Infância.....	30
Papel mediador do professor na prática pedagógica com crianças.....	40
Diferentes linguagens da criança: Linguagem Corporal, Linguagem Oral e Escrita, Linguagem Matemática, Linguagem Artística e Linguagem Digital	42
Organização da Educação Infantil centrada no processo de desenvolvimento da criança.....	42
Indicadores de Qualidade na Educação Infantil/MEC	45
Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica/MEC	63
Parâmetros Básicos de Infraestrutura para Instituições de Educação Infantil/ MEC	68
Educação inclusiva.....	69
Projetos Pedagógicos na Educação Infantil.....	82
Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil	82
Práticas e Concepções de Educação Infantil	85
Currículo na Educação Infantil	88
Espaço e tempo no cotidiano da Educação Infantil.....	91
Observação, registro e avaliação na Educação Infantil.....	94

FUNÇÃO SOCIAL DA EDUCAÇÃO INFANTIL

FUNÇÃO SOCIAL DA ESCOLA E COMPROMISSO SOCIAL DO EDUCADOR.

1. O papel da escola / função social da escola

A sociedade tem avançado em vários aspectos, e mais do que nunca é imprescindível que a escola acompanhe essas evoluções, que ela esteja conectada a essas transformações, falando a mesma língua, favorecendo o acesso ao conhecimento que é o assunto crucial a ser tratado neste trabalho.

É importante refletirmos sobre que tipo de trabalho temos desenvolvido em nossas escolas e qual o efeito, que resultados temos alcançado. Qual é na verdade a função social da escola? A escola está realmente cumprindo ou procurando cumprir sua função, como agente de intervenção na sociedade? Eis alguns pressupostos a serem explicitados nesse texto.



#FicaDica

Para se conquistar o sucesso se faz necessário que se entenda ou e que tenha clareza do que se quer alcançar, a escola precisa ter objetivos bem definidos, para que possa desempenhar bem o seu papel social, onde a maior preocupação – o alvo deve ser o crescimento intelectual, emocional, espiritual do aluno, e para que esse avanço venha fluir é necessário que o canal (escola) esteja desobstruído.

2. A Escola no Passado

A escola é um lugar que oportuniza, ou deveria possibilitar as pessoas à convivência com seus semelhantes (socialização). As melhores e mais conceituadas escolas pertenciam à rede particular, atendendo um grupo elitizado, enquanto a grande maioria teria que lutar para conseguir uma vaga em escolas públicas com estrutura física e pedagógicas deficientes.

O país tem passado por mudanças significativas no que se refere ao funcionamento e acesso da população brasileira ao ensino público, quando em um passado recente era privilégio das camadas sociais abastadas (elite) e de preferência para os homens, as mulheres mal apareciam na cena social, quando muito as únicas que tinham acesso à instrução formal recebiam alguma iniciação em desenho e música.

3. Atuação da equipe pedagógica – coordenação

A política de atuação da equipe pedagógica é de suma importância para a elevação da qualidade de ensino na escola, existe a necessidade urgente de que os coordenadores pedagógicos não restrinjam suas atri-

buições somente à parte técnica, burocrática, elaborar horários de aulas e ainda ficarem nos corredores da escola procurando conter a indisciplina dos alunos que saem das salas durante as aulas, enquanto os professores ficam necessitados de acompanhamento. A equipe de suporte pedagógico tem papel determinante no desempenho dos professores, pois dependendo de como for a política de trabalho do coordenador o professor se sentirá apoiado, incentivado. Esse deve ser o trabalho do coordenador: incentivar, reconhecer, e elogiar os avanços e conquistas, em fim o sucesso alcançado no dia a dia da escola e consequentemente o desenvolvimento do aluno em todos os âmbitos.

4. Compromisso social do educador

Ao educador compete a promoção de condições que favoreçam o aprendizado do aluno, no sentido do mesmo compreender o que está sendo ministrado, quando o professor adota o método dialético; isso se torna mais fácil, e essa precisa ser a preocupação do mesmo: facilitar a aprendizagem do aluno, aguçar seu poder de argumentação, conduzir às aulas de modo questionador, onde o aluno- sujeito ativo estará também exercendo seu papel de sujeito pensante; que dá ótica construtivista constrói seu aprendizado, através de hipóteses que vão sendo testadas, interagindo com o professor, argumentando, questionando em fim trocando ideias que produzem inferências.

O planejamento é imprescindível para o sucesso cognitivo do aluno e êxito no desenvolvimento do trabalho do professor, é como uma bússola que orienta a direção a ser seguida, pois quando o professor não planeja o aluno é o primeiro a perceber que algo ficou a desejar, por mais experiente que seja o docente, e esse é um dos fatores que contribuem para a indisciplina e o desinteresse na sala de aula. É importante que o planejar aconteça de forma sistematizada e contextualizado com o cotidiano do aluno – fator que desperta seu interesse e participação ativa.

Um planejamento contextualizado com as especificidades e vivências do educando, o resultado será aulas dinâmicas e prazerosas, ao contrário de uma prática em que o professor cita somente o número da página e alunos abrem seus livros é feito uma explicação superficial e dá-se por cumprido a tarefa da aula do dia, não houve conversa, dialética, interação.

5. Ação do gestor escolar

A cultura organizacional do gestor é decisiva para o sucesso ou fracasso da qualidade de ensino da escola, a maneira como ele conduz o gerenciamento das ações é o foco que determinará o sucesso ou fracasso da escola. De acordo com Libâneo (2005), características organizacionais positivas eficazes para o bom funcionamento de uma escola: professores preparados, com clareza de seus objetivos e conteúdos, que planejem as aulas, cativem os alunos. Um bom clima de trabalho, em que a direção contribua para conseguir o empenho de todos, em que os professores aceitem aprender com a experiência dos colegas.

Clareza no plano de trabalho do Projeto pedagógico-curricular que vá de encontro às reais necessidades da escola, primando por sanar problemas como: falta de professores, cumprimento de horário e atitudes que assegurem a seriedade, o compromisso com o trabalho de ensino e aprendizagem, com relação a alunos e funcionários.

Quando o gestor, com seu profissionalismo conquista o respeito e admiração da maioria de seus funcionários e alunos, há um clima de harmonia que predispõe a realização de um trabalho, onde, apesar das dificuldades, os professores terão prazer em ensinar e alunos prazer em aprender.

6. Função Social da Escola

A escola é uma instituição social com objetivo explícito: o desenvolvimento das potencialidades físicas, cognitivas e afetivas dos alunos, por meio da aprendizagem dos conteúdos (conhecimentos, habilidades, procedimentos, atitudes, e valores) que, aliás, deve acontecer de maneira contextualizada desenvolvendo nos discentes a capacidade de tornarem-se cidadãos participativos na sociedade em que vivem.

Eis o grande desafio da escola, fazer do ambiente escolar um meio que favoreça o aprendizado, onde a escola deixe de ser apenas um ponto de encontro e passe a ser, além disso, encontro com o saber com descobertas de forma prazerosa e funcional, conforme Libâneo (2005) devemos inferir, portanto, que a educação de qualidade é aquela mediante a qual a escola promove, para todos, o domínio dos conhecimentos e o desenvolvimento de capacidades cognitivas e afetivas indispensáveis ao atendimento de necessidades individuais e sociais dos alunos.

A escola deve oferecer situações que favoreçam o aprendizado, onde haja sede em aprender e também razão, entendimento da importância desse aprendizado no futuro do aluno. Se ele compreender que, muito mais importante do que possuir bens materiais, é ter uma fonte de segurança que garanta seu espaço no mercado competitivo, ele buscará conhecer e aprender sempre mais.

Analisando os resultados da pesquisa de campo (questionário) observamos que os jovens da turma analisada não possuem perspectivas definidas quanto à seriedade e importância dos estudos para suas vidas profissional, emocional, afetiva. A maioria não tem hábito de leitura, frequenta pouquíssimo a biblioteca, outros nunca foram lá. A escola é na verdade um local onde se encontram, conversam e até namoram. Há ainda, a questão de a família estar raramente na escola, não existe parceria entre a escola e família, comunidade a escola ainda tem dificuldades em promover ações que tragam a família para ser aliadas e não rivais, a família por sua vez ainda não concebeu a ideia de que precisa estar incluída no processo de ensino e aprendizagem independente de seu nível de escolaridade, de acordo com Libâneo (2005), "o grande desafio é o de incluir, nos padrões de vida digna, os milhões de indivíduos excluídos e sem condições básicas para se constituírem cidadãos participantes de uma sociedade em permanente mutação".

Políticas que fortaleçam laços entre comunidade e escola é uma medida, um caminho que necessita ser tri-

lhado, para assim alcançar melhores resultados. O aluno é parte da escola, é sujeito que aprende que constrói seu saber, que direciona seu projeto de vida, assim sendo a escola lida com pessoas, valores, tradições, crenças, opções e precisa estar preparada para enfrentar tudo isso.

Informar e formar precisa estar entre os objetivos explícitos da escola; desenvolver as potencialidades físicas, cognitivas e afetivas dos alunos, e isso por meio da aprendizagem dos conteúdos (conhecimentos, habilidades, procedimentos, atitudes e valores), fará com que se tornem cidadãos participantes na sociedade em que vivem.

Uma escola voltada para o pleno desenvolvimento do educando valoriza a transmissão de conhecimento, mas também enfatiza outros aspectos: as formas de convivência entre as pessoas, o respeito às diferenças, a cultura escolar. (Progestão 2001).

Ao ouvir depoimentos de alunos que afirmaram que a maioria das aulas são totalmente sem atrativos, professores chegam à sala cansados, desmotivados, não há nada que os atraem a participarem, que os desafiem a querer aprender. É importante ressaltar a importância da unidade de propostas e objetivos entre os coordenadores e o gestor, pois as duas partes falando a mesma linguagem o resultado será muito positivo que terá como fruto a elevação da qualidade de ensino.

Contudo, partindo do pressuposto de que a escola visa explicitamente à socialização do sujeito é necessário que se adote uma prática docente lúdica, uma vez que ela precisa estar em sintonia com o mundo, a mídia que oferece: informatização e dinamismo.

Considerando a leitura, a pesquisa e o planejamento ferramentas básicas para o desenvolvimento de um trabalho eficaz, e ainda fazendo uso do método dialético, o professor valoriza as teses dos alunos, cultivando neles a autonomia e autoestima o que conseqüentemente os fará ter interesse pelas aulas e o espaço escolar então deixará de ser apenas ponto de encontro para ser também lugar de crescimento intelectual e pessoal.

Para que a escola exerça sua função como local de oportunidades, interação e encontro com o outro e o saber, para que haja esse paralelo tão importante para o sucesso do aluno o bom desenvolvimento das atribuições do coordenador pedagógico tem grande relevância, pois a ele cabe organizar o tempo na escola para que os professores façam seus planejamentos e ainda que atue como formador de fato; sugerindo, orientando, avaliando juntamente os pontos positivos e negativos e nunca se esquecendo de reconhecer, elogiar, estimular o docente a ir em frente e querer sempre melhorar, ir além.

O fato de a escola ser um elemento de grande importância na formação das comunidades torna o desenvolvimento das atribuições do gestor um componente crucial, é necessário que possua tendência crítico-social, com visão de empreendimento, para que a escola esteja acompanhando as inovações, conciliando o conhecimento técnico à arte de disseminar ideias, de bons relacionamentos interpessoais, sobretudo sendo ético e democrático. Os coordenadores por sua vez precisam assumir sua responsabilidade pela qualidade do ensino, atuando como formadores do corpo docente, promovendo momentos de trocas de experiências e reflexão sobre a

prática pedagógica, o que trará bons resultados na resolução de problemas cotidianos, e ainda fortalece a qualidade de ensino, contribui para o resgate da autoestima do professor, pois o mesmo precisa se libertar de práticas não funcionais, e para isso a contribuição do coordenador será imprescindível, o que resultará no crescimento intelectual dos alunos.

7. A função da educação

A função da Educação é possibilitar condições para a atualização e uso pleno das potencialidades pessoais em direção ao autoconhecimento e auto-realização pessoal. A Educação não deve destruir o homem concreto e sim apoiar-se neste ser concreto. Não deve ir contra o homem para formar o homem. A Educação deve realizar-se a partir da própria vida e experiência do educando, apoiar-se nas necessidades e interesses naturais, expectativas do educando, e contribuir para seu desenvolvimento pessoal. Os três princípios básicos da Educação liberalista: liberdade, subjetividade, atividade.



EXERCÍCIO COMENTADO

1. (SEE-DF – Professor de Educação Básica – Superior – CESPE/2017) O compromisso social e ético do profissional da educação está relacionado ao domínio do conteúdo e ao subsídio dado ao aluno para que ele se adapte aos valores e normas vigentes da sociedade por meio do desenvolvimento individual e da conquista do sucesso.

() CERTO () ERRADO

Resposta: Errado. O professor compromissado social e eticamente adota uma perspectiva de transformação e não de adaptação.

HISTÓRIA SOCIAL DA INFÂNCIA, CONCEPÇÃO DE INFÂNCIA E DE CRIANÇA

AFIRMANDO O COMPROMISSO ÉTICO E POLÍTICO COM A EDUCAÇÃO INFANTIL



#FicaDica

Nos fóruns realizados, a efetiva participação das diferentes categorias não só expressou a singularidade das experiências e histórias trilhadas por cada um na Educação Infantil, mas constituiu-se como um espaço legítimo de representação e de reivindicação. A exigência por um compromisso ético e político promoveu bases comuns de reflexão sobre os desafios a serem superados e sobre as demandas ainda não contempladas.

Em síntese, tornou-se imperativa a definição e o estabelecimento de uma proposta de Educação Infantil, considerando as seguintes linhas programáticas: 1. Efetivação de políticas públicas articuladas, motivadas pelo reconhecimento da criança e dos trabalhadores da educação como sujeito de direitos. 2. Reconhecimento da especificidade do trabalho pedagógico no cotidiano da Educação Infantil.

1. Quanto à efetivação de políticas públicas articuladas, motivadas pelo reconhecimento da criança e dos trabalhadores da educação como sujeito de direitos, destacam-se:

- Efetivação de Políticas Públicas Articuladas

Políticas públicas diz respeito à possibilidade de construção de arenas públicas que dêem visibilidade aos diferentes conflitos e ressonância às demandas sociais, permitindo, no compartilhamento dos interesses e razões do governo e da sociedade, a efetivação de uma gestão pública que retira da administração central a responsabilidade exclusiva de decidir e resolver os problemas, conferindo ao outro o “estatuto de sujeito de interesses válidos e direitos legítimos” (Telles, 1999).

Se o espaço público, como afirma a filósofa alemã Hannah Arendt (1993) é o “espaço da deliberação conjunta através do qual os homens, na medida em que capazes de ação e opinião, tornam-se interessados e responsáveis pelas questões que dizem respeito a um destino comum”, este espaço coloca em cena uma noção descentralizada de participação, de formulação e de controle das ações governamentais, elementos imprescindíveis para a constituição de políticas públicas cujas bases pretendem ser democráticas e cidadãs. Com a perda deste espaço público, continua Arendt (1993), “os homens tornam-se seres inteiramente privados, isto é, privados de ver e ouvir os outros e privados de ser vistos e ouvidos por eles” (p. 67).

Além do esforço permanente de construir outros patamares de participação política na articulação entre governo e sociedade civil, o espaço público, como espaço de deliberação conjunta, onde a ação e as opiniões de cada um são reconhecidas e respeitadas, aponta para o estabelecimento de novos pilares para a efetivação de seus programas e projetos. Isto implica não apenas adotar estratégias de gestão descentralizada em todos os setores da administração pública, mas a efetivação de políticas públicas articuladas como um caminho fecundo de promoção dos interesses coletivos.

A defesa, portanto, de políticas públicas articuladas se faz tendo em vista o empreendimento de esforços comuns para a resolução de problemas e interesses comuns, ou seja, muitas questões afetas à educação, quando pensadas na sua articulação com a saúde, com a assistência social, com a cultura, com o lazer etc. produzem uma nova interlocução pública entre os setores do governo e da sociedade, gerando assim, um compartilhamento de responsabilidades para com o direito à educação pública e de qualidade para toda a população.

No que se refere à Educação Infantil como primeira etapa da Educação Básica, a exigência por políticas públicas articuladas não pode prescindir do reconhecimento das crianças e das diferentes categorias de trabalhadores como sujeito de direitos, portanto, como cidadãos. E é

em função do reconhecimento da existência cívica das crianças e dos trabalhadores da educação como cidadãos de direitos que qualifica o sentido de suas demandas, pois suas necessidades e interesses são reconhecidos como válidos e seus direitos legítimos.

Um outro aspecto a destacar no estabelecimento de políticas públicas articuladas, é a necessária articulação entre os diferentes setores da educação e destes com as unidades de Educação Infantil. Para tanto, torna-se indispensável a aglutinação de esforços em torno de uma dinâmica coletiva de colaboração e participação que dê legitimidade à democracia, ao respeito e à deliberação conjunta. A decisão pública focalizada no bem comum, ao mesmo tempo que exige reconhecimento à diversidade e à autonomia dos espaços institucionais, exige também a criação de uma identidade coletiva cuja unidade se revela na tensão permanente por escolhas e decisões a partir de todos, com todos e para todos.

Proposta de ação:

Cultura e lazer: ampliação e oferta de acervos culturais: museus, cinema, teatro, bibliotecas, parques etc., promoção e valorização da identidade cultural das diferentes comunidades, projetos culturais destinados à infância, à comunidade e aos profissionais da Educação Infantil, oferta e ampliação de espaços de brincadeiras nas comunidades etc.

Saúde: ampliação dos serviços especializados destinados à criança de zero a seis anos e aos profissionais da Educação Infantil, como por exemplo, fonoaudiólogos, psicólogos e fisioterapeutas, projetos de prevenção das doenças que mais atingem as crianças pequenas, programas de aleitamento materno, primeiros socorros.

Assistência social: identificação e prevenção de diferentes focos de violência contra a criança; projetos de prevenção e erradicação da exploração sexual e do trabalho infantil; valorização e divulgação dos trabalhos desenvolvidos pelos Conselhos Tutelares e Juizado da Infância; promoção social destinada às famílias.

Obras: planejamento e construção de equipamentos segundo as características e as particularidades da criança de zero a seis anos e as necessidades dos diferentes trabalhadores que atuam nos Centros de Educação Infantil. Neste item destaca-se o necessário envolvimento dos diferentes sujeitos que fazem parte do contexto da Educação Infantil no processo de escolha e definição dos espaços a serem construídos ou reformados tendo em vista as particularidades do trabalho com as crianças pequenas.

"(...) as políticas públicas de atendimento à infância não podem ser analisadas isoladamente de outras políticas que afetam direta ou indiretamente à família e que têm por objetivo possibilitar aos indivíduos serem e sentirem-se bons e satisfeitos enquanto pais, trabalhadores, cidadãos e, enfim, seres humanos dignos". (Haddad, 2002).

A CRIANÇA COMO SUJEITO DE DIREITOS

Num país cuja legislação tornou-se modelo exemplar a tantas nações, parece redundante nomear a criança

como "sujeito de direitos". Porém, a realidade demonstra que estamos muito distantes de efetivar tal asserção legal e que a maioria das crianças brasileiras se encontram submetidas às mais grotescas formas de exploração e negação de sua infância. Diante de tantas possibilidades de discorrer sobre esta temática tão rica em sua perspectiva histórica e social, julgamos necessário situá-la como um contraponto a uma concepção naturalizada e idealizada de criança, vista comumente como uma entidade biopsicológica, como um ser inocente e dependente do adulto, desvinculada de uma experiência concreta nas relações sociais. De acordo com Muniz Sodré (1992),

"A alegada inocência da criança (...) é o álibi adulto para uma violência latente (...). Isto porque a extrema idealização da infância significa morte da criança real. O conceito idealizado, universal e abstrato de infância, continuamente reafirmado pelas matrizes ideológicas do mundo ocidental, apoia-se na exclusão ou na discriminação das formas concretas de existência da criança, portanto numa violência" (p. 66).

Historicamente a criança sempre foi vista como imperfeita, incompleta e imatura em função de suas características físicas, biológicas e cognitivas, demarcando assim uma compreensão de natureza infantil apenas como um organismo em desenvolvimento ou uma fase da vida que encontra fundamento na determinação dos fatores inatos, universais e a-históricos. Eis a razão em considerá-la apenas como um adulto em miniatura que precisava ser preparada para o futuro e a infância reconhecida apenas como um estágio em desenvolvimento. Vista como promessa, como futuro, projetava-se na criança o adulto moralmente desejável segundo os referenciais dominantes de sociedade.

No campo da educação, o surgimento do Jardim de Infância, por exemplo, reforçou uma concepção romântica de criança simbolizada por uma "sementinha" ou "plantinha" e a professora uma "jardineira" que teria a função de regar a "plantinha" e fazê-la florescer (Kramer, 1993a).

Na história do atendimento à criança no Brasil assistimos o pouco interesse da administração pública em oferecer espaços que pudessem demonstrar uma preocupação de caráter educativo. Enquanto iniciativas privadas ensaiavam um atendimento pedagógico às crianças pertencentes às classes mais abastadas, às crianças pobres, órfãs e abandonadas continuavam sendo reservadas instituições médico-assistencialistas, cujo objetivo pautava-se na preocupação em combater a mortalidade infantil, a criminalidade e as atitudes antissociais. Protegendo a criança desvalida e prevenindo sua "natural" tendência à criminalidade e vagabundagem, estar-se-ia formando a criança segundo os hábitos e costumes da classe dominante e os preceitos moralizadores e disciplinadores do trabalho (Araújo, 2002).

Estes fatos demarcam bem as tendências político-ideológicas subjacentes às iniciativas e programas destinados às crianças no Brasil, pois, enquanto à criança das classes privilegiadas procurou-se fortalecer uma orientação pedagógica que preparasse sua entrada na escola através de instituições de pré-escola, à criança socialmente desvalida, práticas assistencialistas e filantrópicas, dariam conta de um atendimento focalizado na saúde,

na assistência social e numa educação compensatória que lhe permitiria compensar as supostas carências sociais, culturais e nutricionais em que viviam.

A constituição de atendimento diferenciado segundo os critérios de classe e o modo como a criança se revela em nossa sociedade, não só desconstrói o “mito da infância feliz” tão apregoado em diferentes tempos e espaços de nossa história, mas faz-nos romper como uma imagem homogênea e universal de criança, como pertencente a um grupo social indiferenciado e abstraída de relações sociais concretas. Com isso podemos afirmar que não existe um único tipo de criança, mas crianças conforme a classe social a qual ela pertence e isto requer uma compreensão de criança e de infância não só em função de seu pertencimento a uma classe social, mas também em função de sua cultura, de sua história tangenciada pela etnia, pela idade, pelo gênero etc. Como bem afirma Kramer (1986)

“Conceber a criança como o ser social que ela é, significa: considerar que ela tem uma história, que pertence a uma classe social determinada, que estabelece relações definidas segundo seu contexto de origem, que apresenta uma linguagem decorrente dessas relações sociais e culturais estabelecidas, que ocupa um espaço que não é só geográfico, mas que também é de valor, ou seja, ela é valorizada de acordo com os padrões de seu contexto familiar e de acordo também com sua própria inserção nesse contexto” (p. 79).

Se o reconhecimento da criança como sujeito de direitos requer antes de tudo uma (re)significação de nossa concepção de criança e de infância, este esforço de criar novas bases de compreensão sobre a criança e a infância não pode estar desatrelado do modo como agimos e interagimos com as crianças no contexto da Educação Infantil, ou seja, o trabalho pedagógico deve fortalecer a experiência da criança como sujeito histórico e produtor de cultura em todos os tempos e espaços da instituição. Desse modo, as metodologias utilizadas, a construção do projeto político-pedagógico, o processo avaliativo, a utilização e permanência em diferentes espaços (pátio, banheiro, sala de aula, biblioteca, refeitório), a escolha de determinados materiais etc. não mais serão pensados apenas para a criança, mas a partir da criança e com a criança. Ao discorrer sobre como em muitas propostas pedagógicas desconsideram as experiências vividas pelas crianças antes mesmo de sua entrada na escola, Kramer (1993b) ressalta:

“Poucas são as oportunidades de troca, de interação verbal, oferecidas pelos professores às crianças. Este já é um aspecto bastante conhecido: a escola lida (com) e fala (das) ‘coisas da escola’. Desconsiderando o contexto sociocultural, os fatos concretos e as situações reais de vida, ela estabelece uma fenda entre os conhecimentos culturais/vivenciais das crianças e os conhecimentos ‘escolares’. (p. 82).

Com a preocupação de garantir os direitos fundamentais das crianças nas unidades de Educação Infantil, um documento elaborado em 1995 pelo Ministério da Educação e do Desporto através da Coordenadoria Geral de Educação Infantil questionava:

- Nossas crianças têm direito à brincadeira?

- Nossas crianças têm direito à atenção individual?
- Nossas crianças têm direito a um ambiente acolhedor, seguro e estimulante?
- Nossas crianças têm direito ao contato com a natureza?
- Nossas crianças têm direito à higiene e à saúde?
- Nossas crianças têm direito a uma alimentação saudável?
- Nossas crianças têm direito a desenvolver sua curiosidade, imaginação e capacidade de expressão?
- Nossas crianças têm direito ao movimento em espaços amplos?
- Nossas crianças têm direito à proteção, ao afeto e à amizade?
- Nossas crianças têm direito a expressar seus sentimentos?
- Nossas crianças têm direito a uma especial atenção durante seu período de adaptação à creche?
- Nossas crianças têm direito a desenvolver sua identidade cultural, racial e religiosa? (Campos e Roemberg, 1995, p. 11).

Reconhecer a criança como sujeito de direitos, como cidadã, é reconhecê-la como artífice na construção de um mundo compartilhado no qual sua ação, sua palavra, sua cultura, sua história são respeitadas e ouvidas como síntese de uma experiência social atravessada pela sua condição de classe, etnia, gênero, idade etc. Os diferentes modos de organização e utilização dos tempos e espaços dos CMEIs deverão ter como pressuposto não mais uma concepção naturalizada de infância “vista como uma fase de vida, natural e universal e as crianças como entidades biopsicológicas, objetos passivos de socialização numa ordem social adulta” (Ferreira, 2002), mas uma concepção que reconheça as crianças como atores sociais que têm o brincar e os diferentes saberes como a chave para se fazer a experiência de mundo. De outro modo, podemos afirmar que o reconhecimento da criança como sujeito de direitos requer obrigações públicas que garantam o direito de viver a infância com dignidade em todos os tempos e espaços, a ter acesso às diferentes práticas culturais, direito ao desenvolvimento pleno e direito a uma educação infantil de qualidade para todos.

Propostas de ação:

- Reconhecer as diferenças entre as crianças sem traduzi-las com indiferença,
- Garantir o direito de brincar como expressão particular da criança,
- Garantir uma participação efetiva nas decisões a serem tomadas no âmbito da instituição educativa, desmistificando assim a concepção de criança como in-fans (como aquele que não fala, aquele que não tem linguagem, visto apenas como um devir),
- Proporcionar acesso às diferentes linguagens (plástica, musical, corporal, oral e escrita etc.) e às práticas sociais historicamente produzidas, bem como a expressão de suas idéias, desejos, sentimentos e necessidades,
- Possibilitar a construção de novas sociabilidades e vínculos afetivos entre os seus pares e os diferen-